

OS

X E R E N T E

CEDI - P. I. B.
DATA 31, 12, 86
CO XR 006

A tribo Kerente tem a sua reserva no Município de Tocantínia, Norte de Goiás, entre os rios Tocantins e Sono. Sendo do Tronco Linguístico "Je", os Kerente pertencem ao grupo Akwên, que ocupava antigamente a bacia do Tocantins, desde do Sul de Goiás, até o Maranhão.

Enfrentaram todo o tipo de lutas, face às bandeiras e aos garimpeiros, à procura de ouro e diamantes. Entraram também em choques com os criadores de gado, acabando ser expulsos de suas terras. Suas oposições aos civilizados foi tão forte, que chegaram a ser "responsabilizados" pela decadência de Goiás. (Darcy Ribeiro - Os Índios e a Civilização.)

Em 1785, um grupo de Akwên, em nº de três mil e quinhentos, foi atraído, aprisionado e aldeado por um governador de Goiás, para servir de mão de obra num Engenho de açúcar. Foram controlados por um estabelecimento militar vizinho. O aldeamento organizado chama-se D. Pedro II ou Carretão.

O grupo não deve ter gostado muito da experiência de "vida civilizada", pois, logo depois começaram a escapar rumo ao Norte para o antigo território tribal. Anos depois, o aldeamento dos Akwên concentrou cerca de cinco mil índios.

As hostilidades com os "civilizados" continuaram. Um grupo mostrou maior aversão ao convívio com os "brancos", deslocando-se para a margem esquerda do Tocantins, (1824) depois para o Araguaia, (1859) acabando por se estabelecer nos campos do rio dos Mortos. Estes índios passaram a ser conhecidos como "Kavante" que se mantiveram em pé de guerra até há poucos anos.

Os Akwên, que voltaram a se fixar no seu antigo território à margem direita do Tocantins, passaram a ser conhecidos como "Kerente"; (isto significa: Refugiados) tinham maior disposição para conviver com os "civilizados". Por volta de 1870 foram procurados em suas aldeias por um capuchinho, Frei Antônio de Ganges, com o propósito de catequizá-los. Aos poucos foi se concentrando

em torno da Igreja (que foi construída com ajuda dos índios) e da casa do missionário uma população sertaneja, que invadia lentamente com seus rebanhos os campos de caça dos índios. Este povoado era chamado antigamente Tereza Cristina, depois Liabanha, atual cidade de Tocantínia.

Os conflitos graves foram levados ao tribunal do Imperador, que resolveu a questão, entregando aos índios uma vasta extensão de terras para gozo exclusivo seu. Este acordo do grande chefe do Rio de Janeiro foi aceito pelos índios com muita satisfação. Mas, como na região, a eles reservada, havia belas pastagens, os "cristãos" se sentiram felizes em aproveitá-las para os seus rebanhos. Os índios não se mostraram de acordo, e todo o gado que entrasse limites a dentro do território deles, era abatido sem misericórdia.

"Acham os Xerente que tem direito as terras que ocupam; quando os "cristãos" procuram apoderar-se delas, consideram isso uma injustiça..."! (Relatório por outro Missionário em 1900)

Ainda que os Xerente recordam aos vizinhos sertanejos as "ordens do Imperador", como seu título indiscutível, o seu território tribal ficou cada vez mais reduzido.

A figura de D. Pedro II assumiu tamanha importância para os Xerente, que eles o incluíram na sua Mitologia. O Imperador é a própria personificação dos direitos da tribo à terra, em que sempre viveram, cuja posse é condição de sua sobrevivência como povo. Ele é o herói, que garante, a seus olhos, a validade da justiça, tão desmoralizada dos homens brancos. Em alguns textos destes mitos, o Imperador é apontado como imortal; outros anunciam sua morte próxima, marcada por um cataclismo, que destruirá todo o mundo; um terceiro já o dá por morto, quando a gripe atingiu tragicamente as aldeias Xerente. Estando doentes, sofrendo e morrendo, é o herói mesmo que está morto, e do túmulo comanda o destino de seu povo.

A população Xerente é avaliada na tabela seguinte:

<u>A N O</u>	<u>Í N D I O S</u>
1874	4000
1900	1300
1929	800
1957	350
1970	500
1980	700

Mesmo depois da reserva indígena decretada e demarcada pelo Governo em 1972, a situação de conflito no Município de Tocantínia ' continua. Muitos problemas não foram resolvidos, como por exemplo, a indenização, prometida aos posseiros, pequenos agricultores e fa- ' zendeiros como título definitivo. Alimenta-se uma grande revolta da população envolvente contra a Funai, Incra e Governo. As pessoas a- ' tingidas pela demarcação sentem-se enganadas por estes órgãos, por que tiveram que deixar as suas propriedades, sem achar outro meio de sobrevivência. A recente chegada de companhias em nosso Município ' possibilitará no futuro a grilagem de terra, dentro e fora da área ' dos índios.

Nós, como Igreja Missionária, como Congregação, queremos es- ' tar presente nesta hora tão decisiva, quando se trata da defesa da terra de nossos índios. Faremos um esforço, para conhecer a sua cul- ' tura, ajudando-os a redescobrirem e revalorizarem os próprios valo- ' res, a fim de reencontrarem a sua identidade como povo ou nação Xe- ' rente.